



CTB SE REÚNE COM COORDENADORIA NACIONAL DE DEFESA DA LIBERDADE SINDICAL DO MPT

NA TARDE desta sexta-feira (17), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) recebeu em sua sede nacional, a Casa da Classe Trabalhadora, a presença de Vivian Brito Matos, Procuradora Regional do Trabalho da 1ª Região e Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho. A reunião contou com a participação de membros da direção nacional da CTB, dirigentes estaduais da CTB de São Paulo, dirigentes sindicais da CTB do Ceará e representantes de entidades sindicais do Ceará.

Durante o encontro, foram discutidos diversos temas de interesse da classe trabalhadora, como a terceirização, a sustentação financeira das entidades sindicais, fraudes e a legislação trabalhista. Vivian Brito Matos destacou a importância do diálogo social promovido pela Conalis: "O Ministério Público do Trabalho tem essa coordenadoria que visa exatamente promover a liberdade sindical e fazer o que fizemos hoje aqui, o diálogo social. Constituir espaços de diálogo para conhecer os problemas enfrentados pelo movimento sindical e ver como o Ministério Público do Trabalho pode auxiliar para a melhor desenvoltura e trabalho exercido pelos sindicatos. Esse espaço de diálogo é importante justamente porque, a partir do momento em que entidades sindicais e Ministério Público falem a mesma língua, há a possibilidade de construção de relações de trabalho mais justas e equitativas, fortalecendo os trabalhadores pela união nos sindicatos", afirmou a procuradora. **Leia mais** <https://l1nq.com/8AXr5>

Foto DIVULGAÇÃO



PRESIDENTE SANCIONA LEI QUE SUSPENDE PAGAMENTO DA DÍVIDA DO RS POR TRÊS ANOS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta sexta-feira, 17 de maio, a Lei Complementar nº 206, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por estado de calamidade pública decorrente de eventos climáticos extremos e a reduzir a taxa de juros dessa dívida. A medida foi proposta por Lula e aprovada pelo Congresso Nacional para suspender, por três anos, o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul, estado fortemente atingido por chuvas e enchentes.

O valor adiado deverá ser utilizado para investimentos em ações de enfrentamento e mitigação dos danos da calamidade pública e de suas consequências sociais e



econômicas, por meio de fundo público específico a ser criado no âmbito do ente federativo.

O estoque da dívida gaúcha com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas, o estado poderá direcionar R\$ 11 bilhões para as ações de reconstrução em vez de pagar a dívida nesses três anos. **Leia mais** <https://l1nq.com/AsNrX>

Democracia social reduz taxa de desemprego

Foto DIVULGAÇÃO



A redução do índice de desemprego no primeiro trimestre de 2024, que ficou em 7,9%, o menor em 10 anos, reafirma o valor da democracia social sobre o ultraliberalismo neofascista, na época de Bolsonaro a taxa chegou a 14,2%, com 14 milhões de desocupados.

Os dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelam que na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação caiu em 21 estados e no Distrito Federal.

Continuam como as principais vítimas do desemprego, as mulheres, pessoas pretas e pardas e aquelas com o ensino médio incompleto. Todos os grupos ficaram acima da média nacional (7,9%). No primeiro trimestre, a taxa foi estimada em 6,5% para os homens e 9,8% para as mulheres.

Quando observada a taxa de desocupação por cor ou raça, o patamar dos que se declararam brancos (6,2%) ficou abaixo da média nacional, enquanto a dos pretos (9,7%) e a dos pardos (9,1%) foram verificados acima.

Já na análise por nível de instrução, a taxa de desocupação para as pessoas com ensino médio incompleto foi de 13,9%. Para os que tinham superior incompleto, bem menor (8,9%), mais do que o dobro da verificada para o nível superior completo (4,1%).

Foto DIVULGAÇÃO



Carta aberta pelo fim do Assédio Sexual

Nós, mulheres, mães, trabalhadoras, cidadãs e cidadãos que lutamos contra todas as formas de violência, opressão, discriminação e preconceito contra as mulheres, manifestamos nossa solidariedade à agente de saúde, vítima de assédio sexual no ambiente de trabalho no município de Paranaguá.

A Cidade Mãe do Paraná avançou significativamente na implementação de políticas públicas de garantias de direitos às mulheres como a criação da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal de Paranaguá, a criação da Rede de Proteção à Mulher, a criação da Secretaria Municipal da Mulher, o retorno da Defensoria Pública, a implementação do Ponto de Atendimento à Mulher, a inauguração da Casa da Mulher Parnanguara, além de outros serviços que já estavam em funcionamento como o CREAS, Patrulha Maria da Penha. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, atuante juntamente com os movimentos sociais, demonstrou ser essencial para a formulação de políticas públicas voltadas as mulheres e para o levantamento de demandas relacionadas ao combate à violência e outras questões que envolvem a mulher. **Leia mais** <https://encr.pw/bhEOz>